



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **21/06/2019**

Aprovado em: **24/06/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.06.12>

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISES A PARTIR DE DISSERTAÇÕES. PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE FIELD OF SOCIAL SERVICE: ANALYSIS FROM DISSERTATIONS. PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO EN EL AMBITO DEL SERVICIO SOCIAL: ANÁLISIS A PARTIR DE DISERTACIONES.

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

JARINA EBANO AVELINA FERRAZ RODRIGUES, ANA LUIZA SILVA DOS SANTOS, MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa mais ampla que analisa a produção de conhecimento através das dissertações defendidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Apresenta algumas reflexões sobre pesquisa, produção de conhecimento e educação, além de alguns resultados oriundos da análise das dissertações vinculadas a uma das linhas de pesquisa intitulada "Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social". A pesquisa perpassa a formação profissional do assistente social objetivando estar presente no exercício profissional. Do total de 48 dissertações defendidas, no período de 2013 a 2017, 24 estão vinculadas a citada linha. Entre as temáticas pesquisadas destacam-se formação e exercício profissional, educação, trabalho, fundamentos de categorias.

ABSTRACT

This article presents the partial results of a wider investigation that analyzes the production of knowledge through the dissertations defended in the scope of the Postgraduate Program in Social Service of the Federal University of Sergipe. In the present work the results obtained in the analysis of the dissertations linked to the research line entitled "Work, Vocational Training and Social Service" are analyzed. The research goes through the professional training of the social worker with the aim of being present in the professional practice. Of the total of 48 dissertations defended, in the period from 2013 to 2017, 24 are linked to the line. Among the topics studied were training and professional practice, education, work.

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados parciales de una investigación más amplia que analiza la producción de conocimiento a través de las disertaciones defendidas en el ámbito del Programa de Postgrado en Servicio Social de la Universidad Federal de Sergipe. En el presente trabajo se analizan los resultados obtenidos en el análisis de las disertaciones vinculadas a la línea de investigación titulada "Trabajo, Formación Profesional y Servicio Social". La investigación atraviesa la formación profesional del asistente social con el objetivo de estar presente en el ejercicio profesional. Del total de 48 disertaciones defendidas, en el período de 2013 a 2017, 24 están vinculadas a la línea. Entre las temáticas fueron investigadas formación y ejercicio profesional, educación, trabajo.

1. Introdução

É importante refletir a pesquisa enquanto área imprescindível na formação profissional da/o assistente social, visto que a produção de conhecimento não é meramente um preceito que compõe os elementos curriculares, esta, constitui numa perspectiva investigativa que deve não só transcorrer durante toda formação acadêmica, como também ir além desta.

Nesse sentido, o presente artigo[i] tem por finalidade apresentar a análise da produção de conhecimento a partir das dissertações de mestrado defendidas em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS) e assim expor a relevância destas na esfera do ensino e atuação profissional. Descreve a importância da educação destacando os limites desta no contexto da lógica capitalista que a reduz a simples mercadoria tornando difícil a aproximação da perspectiva de emancipação humana, mas mostra as possibilidades de uma perspectiva crítica.

Faz algumas considerações sobre o método, baseado na teoria social de Marx, que mediante a relação dialética possibilita ao pesquisador a ultrapassagem do conhecimento superficial advindo da aparência do objeto para a sua essência. Ademais, o artigo está subdividido em cinco tópicos e um sub-tópico: 1) introdução; 2) Pesquisa, Serviço Social e produção de conhecimento; 3) Pesquisas no âmbito da pós-graduação em Serviço Social; 3.1) Exposição de alguns resultados obtidos a partir da análise das dissertações; 4) as conclusões preliminares; e por fim, 5) as referências.

2. Pesquisa, Serviço Social e produção de conhecimento

A pesquisa é relevante na formação profissional do assistente social, ela não é apenas uma disciplina que faz parte dos componentes curriculares, constitui-se numa dimensão investigativa que deve perpassar toda formação e ir além desta. Está previsto nas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social que mediante uma formação que enaltece essa dimensão ela também se faça presente no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais. Sabe-se que a pesquisa pode ter fundamentação teórico metodológica distinta. No Serviço Social a direção teórico-metodológica hegemônica prevista nas diretrizes curriculares é o materialismo histórico dialético que proporciona a análise crítica da realidade. Este método tem direcionado as pesquisas tanto na graduação quanto na pós-graduação, inclusive das dissertações defendidas, no período de 2013 a 2017, e em especial a de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social que serviram de base empírica para esse artigo.

Marx não produziu diretamente uma obra sobre o método, mas alguns autores têm valiosas reflexões para o seu entendimento. Nessa perspectiva, um exemplo é a obra “Introdução ao método de Marx” do autor José Paulo Netto. O livro abrange cinco tópicos e trata sobre os fundamentos da teoria social de Marx, desde suas dificuldades iniciais, perpassando os equívocos nas interpretações teórico-metodológicas, até as principais questões que formulam essa teoria.

Netto (2011) inicia a obra citando os três pensadores clássicos - Durkheim, Weber e Marx – com os respectivos fundamentos teórico-metodológicos que influenciam as ciências sociais até a atualidade. Acerca da teoria social de Marx, aborda as dificuldades teórica, filosófica e ideopolítica desse método que afronta à democracia burguesa e faz uma análise crítica da realidade.

Nesse sentido, a diferença dos demais pensadores apresentados não está apenas no projeto revolucionário de Marx, o ponto de diferenciação encontra-se na condição de reconhecimento das duas classes fundamentais do sistema capitalista, e a sua predisposição de colocar as reflexões oriundas da pesquisa a serviço do proletariado.

Segundo o autor “a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto.” (NETTO, 2011, p. 23), ou seja, através de sua teoria Marx deixa claro que nas relações políticas, econômicas, sociais e principalmente ideológicas não existem neutralidade. Sendo assim, o autor (NETTO, 2011) menciona que o materialismo histórico toma partido a favor da classe trabalhadora em contraponto à ordem burguesa vigente.

No decorrer do livro Netto (2011) apresenta os equívocos nas interpretações da concepção teórico-metodológica de Marx feitas pelos próprios seguidores marxistas, como também, pelos adversários de sua teoria. Entre os equívocos cometidos por seguidores sinaliza a ênfase ao fator econômico colocando-o como único determinante nas relações sociais, culturais, religiosas, entre outros, reduzindo a teoria de Marx como fatorialista. Com isso, abre espaço para as teses dos adversários de Marx, à exemplo de Max Weber que acusa a teoria de “monocausalista” dos diversos acontecimentos sociais.

Netto (2011, p. 20) apresenta o significado de teoria para Marx, onde segundo o autor, “não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto” e sim reproduz a ideia do movimento real do objeto. Apesar de extensa vale citar o que o autor aborda diretamente sobre o significado de teoria. Diz ele,

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras (como, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso – cf. Marx, 1982, p.15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. *A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, 2011, 20-21, grifos do autor).

Esse conhecimento teórico se inicia a partir da aparência, do modo imediato da realidade exposta, porém, oculta a essência, com isso, “o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência” (NETTO, 2011, p.22). Nessa perspectiva, tendo como objeto a sociedade burguesa, a partir das relações entre os homens, segundo o autor, o sujeito está envolvido com o objeto e por isso conseqüentemente, de acordo com a teoria social de Marx, tal conhecimento não pode ser mecânico pois há uma relação dialética entre sujeito/ pesquisador e objeto/ concreto. Segundo Netto (2011, p.22) “o objeto tem, [...], uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador”. Netto (2011, p. 25) avança a reflexão sinalizando,

[...] a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação.

Entretanto, essa relação não retira a veracidade objetiva desse conhecimento. Para Netto (2011), a teoria social de Marx afirma que o sujeito recebe e reproduz as características do objeto em meio a dinâmica da sociedade onde o ser é movimento. Essa característica de concepção de dinâmica da sociedade refletida por Marx foi herdada do pensador Hegel “de que não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos” (NETTO, 2011, p.31), ou seja, a sociedade está em constantes mudanças movidas pelos sistemas de mediações e automovida por contradições.

A partir dos anos 1960 uma parcela, ainda minoritária de profissionais do Serviço Social, ao optar em participar de ações políticas que recusavam a ideologia burguesa vai construindo, a partir das experiências vivenciadas, outras percepções sobre a realidade que possibilitam ampliar a consciência de classe e afirmar compromisso com as classes subalternas. Esse processo ocorreu em vários países da América Latina e ficou conhecido como movimento de reconceituação. No âmbito do Brasil, Netto (1991) alcinhou de movimento de renovação compreendendo três direções, quais sejam perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Cada uma tendo como fundamentação uma linha de pensamento, quais sejam, o funcionalismo, a fenomenologia e a teoria social de Marx respectivamente.

Assim, nesse período houve uma ruptura com o Serviço Social tradicional com bases conservadora e através da participação em diferentes processos que estavam ocorrendo com a transição democrática houve abertura de espaço para a renovação do Serviço Social que se aproximou de diferentes vertentes teóricas, incluindo a vertente crítica (BARROCO, 2010). Parcela significativa de profissionais de Serviço Social aproximam-se da concepção de engajamento político, da literatura crítica, passando a perceber que não há neutralidade profissional e fazem escolhas pautadas na emancipação e liberdade.

Outrossim, o autor (NETTO, 2011) enfatiza que o método de Marx não oferece para as pesquisas um conjunto de regras que podem /devem ser aplicadas a um objeto ou que o pesquisador pode fazer escolhas conforme a sua vontade. Para Marx, existe uma conexão articulada entre as três categorias que são: totalidade, contradição e medição. De acordo com a teoria social de Marx a sociedade burguesa é uma totalidade concreta e não um todo constituído por partes. E essa totalidade é movida por várias outras totalidades de menor complexidade que geram contradições e contínuas transformações, desse modo a teoria social está em permanente construção.

Por fim, conforme na citação anterior, o autor menciona que “pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p.21), isto é, ainda que exista uma relação entre sujeito/objeto, o objeto existe independente do pesquisador. Nesse sentido, para uma possível apreensão da essência do objeto é necessário que o pesquisador tenha domínio acerca do tema pesquisado visto que “o papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa” (NETTO, 2011, p.25), uma vez que há uma relação dialética entre o sujeito que pesquisa e o objeto a ser pesquisado. A pesquisa, a depender do tipo, realiza-se por meio de instrumentos distintos tais como, a investigação de documentos históricos, observação, entrevista, questionário e outros procedimentos técnicos, que possibilitam o levantamento de dados para o pesquisador se aproximar da dinâmica do objeto estabelecendo nexos teóricos mediante os conhecimentos apropriados.

A partir das reflexões sobre pesquisa e Serviço Social, agora vão ser feitas algumas considerações sobre produção de conhecimento e educação a partir da leitura do livro de István Mészáros “A educação para além do capital”, oriundo da conferência de abertura do Fórum Mundial de Educação 2004, em Porto Alegre. O autor começa com três epígrafes, uma de Marx, outra de José Martí e a de Paracelso, pensador do século XVI. Este último diz, “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato até quase a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender.” (MÉSZÁROS, 2008, p.21). O autor comenta que ao utilizar as três frases tenta mostrar a ideia central do livro que é, a mudança radical da estrutura da sociedade, oriunda de uma profunda transformação

da mentalidade humana, através sobretudo de uma educação que leva aos indivíduos a entender a essência dos fenômenos, porém sem o confronto do que está posto na sociedade, como o capitalismo, é improvável que haja mudança para além do que está posto. A educação é um espaço por excelência, para a aprendizagem da pesquisa.

Por isso, a importância de rever a educação segundo Meszáros (2008), que nos faz refletir sobre a importância de romper com a lógica perversa e alienante do capitalismo, que transforma a educação em mera mercadoria e não um meio para alcançar a emancipação da mente da sociedade, que influencia no não questionamento do meio social estabelecido pelo capital, como bem escreve na apresentação do livro dele, Ivana Jinkings (2008, p.13) que diz,

Em Mészáros, educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades [...], educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital.

Porém, o que se concretiza, partindo de uma análise dialética, é a hegemonia de uma educação estruturada no modelo de sociedade capitalista, que não admite, por causa da sua lógica e essência, mudanças profundas. Segundo Mészáros (2008), a mudança enquanto, sociedade neoliberal, qualquer mudança proposta enquanto educacional, torna-se essencialmente superficial, convertendo-se em um meio de regulação social poderoso, e utilizado para manutenção do capital. Por isso para o autor, “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

O autor aborda o papel indutor das instituições formais nesse processo de perpetuação desse sistema de reprodução que se preserva para impedir mudanças significativas, como ele enfatiza no começo do livro quando diz que “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudanças” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25), isso demonstra que se torna impossível uma transformação profunda, se não há rompimento com a lógica do capital, é essencialmente esse o obstáculo que impede a profunda emancipação humana.

O autor Mészáros (2008, p.28) faz menção e uma severa crítica a Adam Smith e ao modo como ele atribuía ao indivíduo a responsabilidade para a condição em que se encontrava. Smith colocava a culpa no indivíduo e não no sistema, isto é nos trabalhadores, legando a eles, punições severas, caso estes não cumprissem as leis vigentes, destituindo a culpa do sistema, que explora e monopoliza todas as forças de atuação do indivíduo, inculcando ao longo da história a ideologia dominante, que manipula à seu interesse, todas as instâncias societárias, incluindo a educação.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Por fim, propõe uma educação completa, que engloba a vida dos indivíduos em sua totalidade, levando a verdadeira consciência ou como ele diz é a “contraconsciência”, que será de grande valia, para romper com esse sistema manipulador e exploratório, sendo fundamental caminhar em direção a uma sociedade socialista, para o bem da humanidade e para melhoria da qualidade de vida das

peçoas, porém essa luta é de todos e para todos, com isso se faz necessário que todos tenham uma consciência crítica e questionadora, o que não será possível com essa educação estabelecida para retroalimentar o capital, “sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muitas aspirações emancipatórias” (MÉSZÁROS, 2008, p. 59).

3. Pesquisas no âmbito da pós-graduação em Serviço Social

Diante do exposto, segundo Ribeiro (2017) a partir dos anos 1970 a universidade tornou-se o principal local para produção de conhecimento.

Em uma publicação de 2014, encontramos a informação de que cerca de 90% das pesquisas científicas realizadas no país eram provenientes da pós-graduação, e, como estes programas localizam-se majoritariamente nas instituições públicas, podemos dizer que a universidade pública é o principal campo de pesquisas do país. (RIBEIRO, 2017, p. 185)

Desse modo, quando relacionada ao Serviço Social é possível notar não só o crescimento tal como a importância da pesquisa na formação e na ação profissional. Ribeiro (2017) diz que no período de quatro anos, a partir de 2011, das pesquisas financiadas pelo CNPq do Serviço Social: 44,7% têm relação com as políticas sociais; 17,8% ao trabalho e trabalho do assistente social; 7,6% relacionadas a questão urbana e agricultura; 5,9% vinculadas a formação profissional; e, 5,1% as diversas formas de violências.

Segundo os autores Mathis, Santana, Silva e Cruz (2017a) as pesquisas no âmbito do Serviço Social são reconhecidas junto à organização das diretrizes curriculares e vinculada ao Projeto Ético Político na qualidade de área de conhecimento que luta em defesa dos direitos humanos, mediante a exposição das multifaces da questão social enquanto objeto.

Em termos históricos, o avanço da pesquisa e da pós-graduação se articula, a partir da década de 1960, com o Movimento de Reconceituação latino-americano e, no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980, com o Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro. (MATHIS, SANTANA, SILVA, CRUZ, 2017a, p.217)

Nesse sentido, a apropriação da teoria social marxista pelo Serviço Social provoca a ruptura do conservadorismo na atuação profissional, ou seja, procura romper com as ações funcionalista e assistencialistas da profissão. Assim, “na sequência, em 1993, surge o novo Código de Ética do Serviço Social, que reafirma o compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de um projeto de superação da ordem burguesa.” (MATHIS, SANTANA, SILVA, CRUZ, 2017a, p.217).

Outrossim, o Serviço Social através da articulação do arcabouço teórico-metodológico presente no projeto ético-político da profissão que orienta a formação, no âmbito da graduação e pós-graduação, incentiva a realização de pesquisas relacionadas as expressões da questão social. Sendo assim, constatam (MATHIS, SANTANA, SILVA, CRUZ, 2017a) um aumento nos temas de pesquisa referentes aos segmentos de classes dominadas, tais quais: exploração do trabalho, lutas por direitos, organização de movimentos sociais, opressões especialmente por questão de gênero, além da questão urbana, ambiental e questão agrária.

3.1 Exposição de alguns resultados obtidos a partir da análise das dissertações

Os resultados que vão ser apresentados fazem parte de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvido desde 2015 tendo como objeto de pesquisa a produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS), a partir das dissertações. A cada ano é submetido o projeto ao Edital PIBIC/ UFS para analisar as dissertações do ano anterior e ocorre a inserção de novos discentes na equipe, sob a coordenação da mesma docente.

O PROSS foi autorizado pela CAPES, em março de 2011, e começou a funcionar em agosto de 2011. O curso tem como área de concentração “Serviço Social e Política Social” e duas linhas de pesquisa, uma “Trabalho, Formação profissional e Serviço Social” e outra “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social”. As primeiras dissertações foram apresentadas a partir de setembro de 2013, totalizando até fevereiro de 2019, 60 dissertações defendidas, sendo oito, em 2013; quatorze, em 2014; nove, em 2015; onze, em 2016, seis, em 2017 e 12, em 2018. No entanto, o artigo não vai abranger o ano de 2018, dará uma atenção maior sobre o conteúdo da única dissertação defendida em 2017, por estar mais vinculada as atividades de pesquisa dos componentes da equipe responsável por esse artigo, inserida no projeto de pesquisa, em 2018.

Os resultados expostos nesse artigo estão relacionados a análise de 24 das dissertações [ii]identificadas na linha de pesquisa “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social”, nos períodos de 2013 a 2016, defendidas no PROSS/ UFS.

Do total de 24 dissertações relacionadas à linha de pesquisa temos cinco (5) dissertações defendidas em 2013; sete (7), em 2014; quatro (4), em 2015; sete (7) em 2016 e uma (1), em 2017. A seguir vamos enunciar os títulos das dissertações defendidas por ano. **Em 2013**, são elas:

1. A assistência estudantil no contexto da reforma do ensino superior público no Brasil: Um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES; de autoria de Maria Rosângela Albuquerque Melo;
2. Expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no nordeste brasileiro em tempo de capitalismo neoliberal, de autoria de Andréa Carla Pereira dos Santos Almeida;
3. Atividade docente no capitalismo: uma análise da produção acadêmico a partir da categoria trabalho, de autoria de Máira os Santos Oliveira;
4. Prostituição feminina: uma análise a partir da categoria trabalho e gênero, de autoria de Maísa Aguiar Santana;
5. Serviço Social na educação: a intersetorialidade no exercício profissional do Assistente Social no IFBA de autoria de Heide de Jesus Damasceno;

Em 2014, as sete dissertações defendidas são as seguintes:

1. O exercício profissional do Assistente Social na política de educação em Aracaju/se: um estudo de demandas e respostas sócio-profissionais, de autoria de Ingredi Palmieri Oliveira;
2. O Serviço Social e os direitos dos adolescentes: análise das medidas socioeducativas de meio aberto em Aracaju – SE e Fortaleza – CE, de autoria de Iara Barbosa de Sousa Matos;
3. Desafios ao projeto ético-político profissional do Serviço Social no âmbito da Seguridade Social: respostas ao conjunto CFESS/CRESS, de autoria de Franciele Santana de Sousa;
4. Significado sócio-histórico da luta pela jornada de trabalho de 30 horas semanais para o Assistente Social brasileiro, de autoria de Charlene Souza da Silva;
5. Estágio supervisionado em Serviço Social: uma discussão acerca da ética profissional de autoria de Maria Aparecida Garcia Moura;
6. Intersectorialidade no campo sóciojurídico, de autoria de Sonale Santana Freitas;
7. Formação profissional e mercado de trabalho do Serviço Social: uma análise dos egressos da EAD em Paulo Afonso – BA, de autoria de Járlita Valéria de Andrade;

Em 2015, as quatro dissertações defendidas são:

1. Categoria trabalho na formação em serviço social na perspectiva de discentes de cursos

- presenciais em Sergipe, de autoria de Sara Blandina de Alcantara Rodrigues;
2. Elementos para a análise dos fundamentos ideó-teóricos da política nacional do meio ambiente, de autoria de Ticiane Pereira dos Santos Vieira;
 3. O acesso e a proteção do conhecimento tradicional associado no âmbito da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF): um estudo de suas determinações e contradições no contexto do novo imperialismo de autoria de Ingrid Mendes Guimarães;
 4. A Sociedade Civil nos Conselhos de Políticas Públicas no âmbito da Assistência Social no Município de Estância/SE, de autoria de Adriana Araujo de Lisboa;

Em 2016, as sete dissertações defendidas são:

1. A autoimagem produzida pelos assistentes sociais que desenvolvem atividades de gestão nas unidades de saúde da família– USF do município de Aracaju/SE, de autoria de Evaneide Lima dos Santos;
2. A ética no trabalho do assistente social: análise das particularidades das denúncias em Sergipe, de autoria de Ilma Cristina Silva Oliveira;
3. Serviço Social na previdência: um estudo a partir da produção na área (2010-2014), de autoria de Simone Moreira dos Santos Souza;
4. A noção de competência no Serviço Social, de autoria de Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos;
5. A produção de conhecimento do Serviço Social: Para além da academia, de autoria de Elaine Almeida de Jesus Barroso;
6. Vigilância socioassistencial: instrumentos normativos legais e a implementação no processo de materialização do SUAS de autoria de Simone Barreto Dativo;
7. Violência de gênero: uma análise da rede de atendimento à mulher, de autoria de Silvia Catarina Dourado Vasconcelos.

Em 2017, apenas uma dissertação foi defendida:

1. “A reestruturação do Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social em Sergipe no período de 1998 a 2003”, de autoria de Rita Regina Domingos da Cruz Rodrigues.

A partir dos títulos nota-se a riqueza de temáticas e de objetos de pesquisa que foram pesquisados nas distintas dissertações. Observa-se, por exemplo, a relação do Serviço Social com a educação através de alguns temas discutidos, tais quais: a expansão dos cursos de graduação de Serviço Social no nordeste; o Serviço Social no âmbito da educação, incluindo análises sobre a atuação profissional na política de educação. Agrega-se a essa temática, as análises relacionadas à política de assistência estudantil no âmbito da universidade.

Visualiza-se, ainda através dos títulos, a temática da formação profissional analisada mediante objetos de pesquisa distintos tais como, o estágio supervisionado; a relação da formação com o mercado de trabalho; o projeto ético-político da profissão; a concepção de competência e a questão da ética.

O debate mais direcionado à temática trabalho se fez presente em algumas dissertações mediante a ênfase nos seguintes objetos de pesquisa a categoria trabalho na formação profissional; a auto imagem do Serviço Social, o exercício profissional em algumas políticas sociais assim como análise de aspectos relevantes tais como, a intersetorialidade e as redes de proteção.

Destaca-se ainda, as dissertações que apresentaram pesquisas sobre categorias que fundamentam a operacionalização do exercício profissional bem como de algumas políticas sociais. Por exemplo, a dissertação que discute a concepção de sociedade civil e controle social, a dissertação que pesquisa os fundamentos da política nacional do meio ambiente, a dissertação que investiga as determinações da política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos.

Constatou-se que todas as dissertações fizeram uso do método fundamentado no materialismo histórico dialético como já foi enfatizado em item anterior.

Em 2017, apenas uma dissertação, vinculada a linha de pesquisa “Trabalho, formação profissional e Serviço Social” foi identificada. A dissertação intitulada “A reestruturação do Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social em Sergipe no período de 1998 a 2003” foi defendida pela autora Rita Regina Domingos da Cruz Rodrigues, em 26 de outubro de 2017. A dissertação que tem 162 páginas, foi orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves e tem as seguintes palavras-chave: Proteção social. Previdência Social. Contrarreforma. Serviço Social. Reestruturação.

O objeto de pesquisa investigado pela autora foi a reestruturação do Serviço Social na previdência social no período de 1998 a 2003 no Estado de Sergipe. A partir da temática Serviço Social na Previdência Social a autora pesquisou a luta dos assistentes sociais locais, articulada ao movimento nacional, para manter a profissão no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O método usado foi o materialismo histórico dialético e foram utilizados coleta de dados em fontes documentais primárias e secundárias, legislações e documentos oficiais assim como entrevista semi-estruturada com profissionais do Serviço Social pertencentes ao quadro do Instituto Nacional do Seguro Social em Sergipe.

A dissertação em tela foi estruturada em três capítulos, no primeiro capítulo foi realizado um apanhado histórico do surgimento do capitalismo passando por suas crises cíclicas, bem como a gênese da proteção social compreendendo o processo de construção da previdência social brasileira dentro do capitalismo. Ainda sobre o apanhado histórico, ela inicia a reflexão, detalhando como iniciou o capitalismo, e como a Revolução burguesa foi fundamental para ascender politicamente à classe burguesa, já que esta detinha somente o poder econômico. E a partir do êxito da Revolução, surge com a supressão do feudalismo, o trabalhador livre, primordial para o capitalismo, já que sem trabalho não existe sociabilidade, mais tarde constituindo a classe trabalhadora. Esta vende sua força de trabalho em “troca” de dinheiro, já que sendo expropriado de suas terras, e para sobreviver, não restaram alternativas, a não ser a submissão aos burgueses, onde a principal mercadoria torna-se a força de trabalho, cujo objetivo principal é a extração da mais valia.

É nesse contexto que surge o Estado burguês subjugado aos objetivos do capitalismo, caracterizando como um processo social, visto que tinha um objetivo determinado, atuar em conformidade com as necessidades, que se apresentavam na classe burguesa, culminando na acumulação capitalista, essencial para o êxito dessa classe. O Estado também se faz necessário no que tange em resolver as necessidades imediatas da classe trabalhadora, evitando o colapso e o enfrentamento entre essas duas classes antagônicas. Torna-se imperioso para o capitalismo não somente o domínio de todos os meios de produção, bem como, a interferência na totalidade social, como todas as instituições responsáveis para manter a ordem social, e através dessa relação, alcançar seu principal objetivo que é a exploração de todos, onde apenas uma minoria detém toda riqueza socialmente produzida, detém o poder sobre a natureza, manipulando sua existência. Esse processo de surgimento das classes é marcado por vários estágios, iniciando-se com o capitalismo comercial, em seguida o capitalismo concorrencial, e por fim o capitalismo monopolista, que se encontra na fase neoliberal.

No que tange as crises do capital, os autores utilizados por Rodrigues, vão indicar que fazem parte do movimento do capital, onde os mais prejudicados, ainda são a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho, interessando para o capital a mais valia, e quantidade de trabalho. No entanto, apesar de nos dias atuais ser um termo desgastado porque hoje tudo se torna culpa da “crise”, para o capital ele adquire um caráter como a diminuição da mais valia, necessária para sobrevivência do sistema, gestando uma mudança na vida social, já que crise no capital é sinônimo de exército industrial de reserva, e empobrecimento coletivo. Como a exemplo da história, ficou evidente, uma das maiores crises ocorridas no âmbito do capital, que foi a crise de 1929, que teve como principal fator a quebra da bolsa de valores. Na contemporaneidade a crise mais evidente se dar através da falta de poder monetário, ou seja, não há poder de consumo, por falta de fatores produzidos pelo próprio capital, como a falta de emprego, e a exclusão evidenciada na sociedade. Como sem trabalho não existe sociabilidade, cabe ao capital buscar novas formas de saída das crises, como a acumulação

flexível, que busca a flexibilidade do trabalho e inserção de novos meios de produção tecnológica, evidenciando uma disputa agora entre os trabalhadores, uma condição sine qua non, não poderá sobreviver atualmente, o trabalhador precisa saber fazer, em meio à precarização de tudo que engloba o trabalho, como suas leis, oriunda de muitas lutas sociais, para melhoria dos meios de condições do trabalho, aqui fica evidenciado um retrocesso de todas as garantias conquistadas.

Em seguida é realizado um histórico das protoformas das leis que antecederam a proteção social no mundo, enfatizando as intervenções do Estado, para dirimir a pobreza que se fazia mais intensificada na Inglaterra anterior a Revolução Industrial, as Poor Laws, que tinha como principal objetivo, fornecer auxílio aos mais necessitados, os mais citados na literatura estão: Estatuto dos Trabalhadores, de 1349; Estatuto dos Artesãos (Artífices), de 1563; Lei dos Pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601; Lei de Domicílio (Settlement Act), de 1662; Speenhamland Act, de 1795, de caráter menos opressor; Lei Revisora das Leis dos Pobres ou Nova Lei dos Pobres (Poor Law Amendment Act), de 1834. Ainda aqui, existiam já os critérios celetistas, dos que podiam trabalhar, daqueles que não tinha condições, como os nobres empobrecidos. Onde os pobres com condições de trabalhos, tinham que trabalhar para sustentar a si e sua família, nas workhouses, trabalhos subalternizados, onde o responsável por seus salários era o Estado vigente, porém ainda eram melhores do que receber os castigos, que eram submetidos os tidos como vagabundos. Onde fica evidenciado que foi através das caixas de poupança, uma forma de garantir à devida proteção social a classe trabalhadora. Cujo objetivo era a manutenção nas greves, ou subsidiar gastos de doenças, bem como acidentes trabalhistas, resultado das mais precárias condições de trabalho que eram expostos, somente no século XX seria universalizado e amplamente difundido, ganhando caráter obrigatório por parte do Estado. A autora enfatiza que as políticas sociais assumem diversas formas, a depender da organização da classe trabalhadora, e sua consolidação efetiva se deu após a Segunda Guerra Mundial, com o denominado Welfare State que passou a ser questionado pelo capital, sobretudo com a crise capitalista que já apontava no ano de 1970. Esta crise foi primordial para surgir questionamentos sobre a efetivação do Estado no que tange o mercado, ocasionando em novas funções sociais para ele. Ainda em relação ao papel do Estado e as políticas sociais, ele tornou-se como o principal responsável em dar respostas às demandas da sociedade oriundas das tensões do enfrentamento das classes sociais. Nesse contexto assume a proteção social, pode assumir várias facetas, de universal a focalizada, a depender da realidade, determinada pelo mercado capitalista.

Em continuidade, a autora apresenta as etapas do capitalismo comercial, concorrencial e monopolista relacionadas as mudanças do Estado que refletem nos aspectos sociais e econômicos. Para Rodrigues, o liberalismo

defende a divisão dentro do Estado entre política e economia, com a mínima intervenção estatal na economia, pois pressupõe que todos os homens têm a mesma oportunidade, baseando-se nos princípios da racionalidade, da positividade, do individualismo, do automatismo das forças de mercado e dos ajustamentos pela concorrência que se encarregariam de produzir os ajustes necessários na economia. (RODRIGUES, 2017a, p.46)

Nesse sentido, o Estado liberal favorece a negação de direitos dos trabalhadores, na perspectiva que esses devem ser incentivados a vender a sua força de trabalho para que todos através de seus méritos alcancem seus objetivos econômicos.

Por outro lado, no Estado de bem-estar social há uma concepção de garantia dos mínimos sociais para a classe trabalhadora fundamentado na justiça e igualdade social. Com isso, para esse modelo de Estado

A riqueza que era produzida socialmente e acumulada de forma privada deveria ser redistribuída, com a intervenção do Estado, para que fosse possível a mínima garantia de sobrevivência daqueles que a geram, visto que as condições de vida dos trabalhadores não tinham como ser desconsideradas na formulação das políticas públicas. (RODRIGUES, 2017a, p.47)

Ou seja, a implantação dos direitos sociais para o Estado de bem-estar além de minimizar as desigualdades sociais é uma condição necessária para assegurar a subsistência da força de trabalho e reprodução social.

Na sequência das transformações entra em cena o neoliberalismo, enfatizando a importância de um Estado mínimo para se desvencilhar dos impactos da crise e voltar ao desenvolvimento econômico. No Brasil, esse contexto se dá a partir dos anos 1990 numa proposta de retrocessos dos direitos e políticas sociais. Assim, o Estado neoliberal apresenta propostas de privatizações, desarticulação dos direitos trabalhistas desconsiderando as lutas da classe trabalhadora, flexibilidade nas relações entre capital e trabalho reduzindo as garantias para o trabalhador.

Na sequência, mediante a trajetória histórica do Serviço Social na previdência a autora enfatiza que na conjuntura de mudanças econômicas sociais, e políticas é somente através da sistematização e lutas da classe trabalhadora, que a proteção social brasileira tem a genese da política de previdência social no Brasil. No entanto, no período de reformas neoliberais foi posto em debate o desmonte da política de previdência social e as implicações que rebataram no Serviço Social previdenciário.

Rodrigues (2017a) menciona a tentativa de extinção do Serviço Social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos anos de 1990, e, a partir de então as lutas da categoria profissional se intensificaram na tentativa de manter o Serviço Social previdenciário. Nesse sentido, apesar da não exclusão da profissão no âmbito institucional, o Serviço Social não só foi reduzido à atividade Auxiliar do Seguro Social como também sofreu processos de precarização no espaço socio ocupacional do INSS. Com isso, aborda que no Estado de Sergipe a atuação profissional era definida “pelo funcionalismo, tradicionalismo e burocratizada, sem preocupação com a qualificação da atuação profissional, apresentando uma cultura rotineira e tarefaira.” (RODRIGUES, 2017a, p. 97).

Conclusão

A pesquisa proporciona, antes de tudo, reflexões que ampliam a teoria bem como a ação. A delimitação do contexto e do objeto da investigação são passos essenciais no processo de pesquisa. A sua relevância se dar, em todas as áreas de conhecimento, por que proporciona diretamente a produção do conhecimento. No âmbito do Serviço Social foi através da pesquisa, principalmente a desenvolvida no âmbito da pós-graduação que proporcionou a maturidade intelectual da profissão. Através dela evita-se os equívocos da reprodução, o distanciamento das limitações do academicismo da graduação, fazendo-se necessária uma aproximação com a realidade a ser pesquisada. Esse aspecto, torna-se de importância fundamental quando faz uso do método baseado no materialismo histórico dialético permitindo ao profissional uma intervenção crítica e propositiva. Esta perspectiva além de possibilitar o amadurecimento intelectual da profissão ao longo da sua trajetória, proporcionou a ruptura com o conservadorismo que não permitia a compreensão da realidade em que se aproximava o profissional, limitando-o a enxergar somente a aparência dos fenômenos que se apresentava no cotidiano. A pesquisa implica em uma formação contextualizada, reflexiva, que busca entender e questionar o real, opondo-se a lógica mercantil do neoliberalismo excludente, procurando alternativas em direção a uma sociedade igualitária e justa, por isso se faz necessário ter como horizonte o projeto ético político da profissão, que sendo materializado norteia a profissão e nos diz, dentro de seus limites, o que deve direcionar o exercício profissional. A produção de conhecimento, possibilita ao Serviço Social estudar as particularidades, a singularidade, de forma articulada com a totalidade. O conhecimento da realidade abrange, ao mesmo tempo processos de construção, de

debate, de sistematização de modo que ocorra uma contínua articulação da teoria à prática, diante de uma realidade totalmente dinâmica.

[i] A pesquisa desde o seu início está vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e os seus integrantes participam do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Política Social (GEPSSO). Este artigo é oriundo do grupo participante da pesquisa, em 2018, objetivando fazer o levantamento e análise das dissertações defendidas, em 2017, da linha “Trabalho, Formação profissional e Serviço Social”.

[ii] A análise foi desenvolvida a partir de relatórios de pesquisa anteriores.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8ª Edição – São Paulo, Cortes, 2010.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Análise da produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social a partir das dissertações**. (Projeto PIBIC – 2018). Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe, 2018.

MATHIS, Adriana de Azevedo; SANTANA, Joana Valente; SILVA, Max Nazareno Miranda da; CRUZ, Jaqueline do Nascimento. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA: elementos históricos e temas de pesquisa em 20 anos**. Florianópolis – Santa Catarina, revista Katálysis. 2017a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/1414-4980-rk-20-02-00216.pdf> Acesso em: 19 de Jun. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

PRATA, Larissa. **A produção do conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: uma análise das dissertações**. Relatório Final PIBIC/CNPq/UFS, de janeiro 2018 / julho 2018.

RIBEIRO, Daniella Borges. **As pesquisas científicas do Serviço Social: o papel do CNPq**. Florianópolis – Santa Catarina, revista Katálysis. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/1414-4980-rk-20-02-00184.pdf> Acesso em: 19 de Jun. 2019.

RODRIGUES, Jarina Ébano Avelina Ferraz, SANTOS, Ana Luiza Silva dos, GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Análise da produção de conhecimento do Programa de Pós-graduação em Serviço Social a partir das dissertações**. Relatório Parcial PIBIC. (Departamento de Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe. 2017.

RODRIGUES, Rita Regina Domingos da Cruz. **A reestruturação do Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social em Sergipe no período de 1998 a 2003**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe. 2017a.

[1] A pesquisa desde o seu início está vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e os seus integrantes participam do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Política Social (GEPSSO). Este artigo é oriundo do grupo participante da pesquisa, em 2018, objetivando fazer o levantamento e análise das dissertações defendidas, em 2017, da linha “Trabalho, Formação profissional e Serviço Social”.

[2] A análise foi desenvolvida a partir de relatórios de pesquisa anteriores.